



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Apresentamos aos nossos acionistas o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Icatu Seguros S.A., relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2014 e o respectivo Parecer dos Auditores Independentes. O somatório do faturamento ("I") da Icatu Seguros S.A. foi de R\$ 1,9 bilhões, o que representa um crescimento de 4% em relação ao ano anterior. As reservas técnicas de seguros e previdência complementar somaram R\$ 8,9 bilhões em 2014, o que representa um crescimento de 19% em relação ao ano anterior.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais)
Table with columns: ATIVO, 2014, 2013, PASSIVO, 2014, 2013. Includes sub-rows for Circulante, Não Circulante, and Liquidável a Longo Prazo.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2014 E DE 2013 (Em milhares de reais)
Table with columns: 2014, 2013. Includes rows for Lucro Líquido do Exercício, Resultados Abrangentes, e Fluxos de Caixa.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2014 E DE 2013 (Em milhares de reais)
Table with columns: Saldos em 31 de dezembro de 2012, 2013, 2014. Includes rows for Dividendos, Ajustes, and other equity changes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013. 1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Icatu Seguros S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Praça 22 de Abril, 36, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, autorizada a operar em todas as Unidades da Federação e que atua nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, bem como no seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades. A Icatu Seguros S.A. tem como controladora direta e indireta a Icatu Holding S.A.
2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: 2.1 Base de Preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 483/14, normas do CISP e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referenciadas pela SUSEP e denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP. A Circular SUSEP nº 483 de 06 de Janeiro de 2014, revogou a Circular SUSEP nº 464, de 1º de março de 2013, alterando o plano de contas a ser utilizado pelas entidades supervisionadas. A Receita com emissão de Apólice teve sua divulgação reclassificada no valor de R\$ 3.630 para efeito de comparabilidade, modificando a linha de Sinistros Decorridos em 2013 de R\$ 378.288 para R\$ 381.918. A Companhia efetuou estudos das provisões de Benefícios a Conceder, com base no histórico de registros portabilidade, para efeito de comparabilidade em 2013, fora reclassificados nos grupos: a) Provisões técnicas - Seguros, Circulante de R\$ 528.409 para R\$ 877.312. Não Circulante de R\$ 3.230.305 para R\$ 2.881.402; b) Provisões técnicas - Previdência Complementar, Circulante de R\$ 46.805 para R\$ 442.841. Não Circulante de R\$ 3.882.204 para R\$ 3.286.168. Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei 12.973, que altera a legislação tributária relativa ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, e revoga o Regime Tributário de Transição (RTT). Neste contexto, a Administração da Companhia efetuou avaliação inicial das disposições contidas na referida lei e optou pela não adoção antecipada para o ano-calendário de 2014. Resolução CISP 317/2014, dispõe sobre os critérios para a apuração do capital de risco baseado no risco de mercado das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais. A Administração está avaliando o impacto desse normativo, sendo a primeira entrega de dados para cálculo de estimativa previsto para o segundo semestre de 2015. A exigência de constituição do capital será para 30/12/2016 (50%) e 30/12/2017 (50%). Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 24 de Fevereiro de 2015. 2.2 Base de Mensuração: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas pelo regime de competência. Os ativos e passivos estão mensurados de acordo com o custo histórico, e os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo para as categorias "ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "ativos financeiros disponíveis para venda". A Companhia classifica os ativos e passivos em circulante e não circulante considerando os prazos de realização e exigibilidade, sendo que aqueles passivos para os quais não é possível identificar tais prazos são classificados no "Circulante", caracterizando passivos de exigibilidade imediata. 2.3 Moeda Funcional e de Apresentação: Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua. O Real (R\$) é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. 2.4 Uso de Estimativas: A preparação das Demonstrações Financeiras requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas e julgamentos para o registro de transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas Demonstrações Financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se aos ativos financeiros avaliados pelo valor justo, à realização dos créditos tributários no registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento dos custos de aquisição, à probabilidade de êxito nas ações judiciais, aos efeitos decorrentes da provisão para perdas sobre créditos e outros ativos, às provisões técnicas e às provisões judiciais. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que por ventura surjam é efetuado no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Redução ao Valor Recuperável (vide nota nº 3.1(c)); • Provisões Técnicas (vide nota nº 3.7); • Aplicações Financeiras (vide nota nº 5); • Créditos Tributários e Previdenciários (vide nota nº 9.2); • Provisões Judiciais (vide nota nº 18.1). 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras. As práticas mais relevantes são: 3.1 Instrumentos Financeiros: a) Caixa e Equivalentes de Caixa - Disponível: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários, e quando aplicável, investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. b) Instrumentos Financeiros não Derivativos: Ativos Financeiros: A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. (i) Mensurados ao valor justo por meio do resultado - Representam títulos e valores mobiliários classificados como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustado ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos e os ganhos ou as perdas para apresentação ao valor justo são contabilizados no resultado; (ii) Disponíveis para venda - Representam títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas classificações de "títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado", "títulos mantidos até o vencimento" e "empréstimos e recebíveis". São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor justo pelo método de negociação. Os ganhos auferidos pelo método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado, enquanto os ganhos e as perdas decorrentes das variações dos valores justos não realizados são reconhecidos na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial" no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizados, são apropriados ao resultado, em contrapartida da referida conta no patrimônio líquido; (iii) Mantidos até o vencimento - Representam títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável; e (iv) Empréstimos e recebíveis - São ativos financeiros com pagamentos fixos e determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem substancialmente os Créditos das Operações com Seguros, Resseguros e Previdência, e demais contas a receber. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. c) Redução ao Valor Recuperável: c.1) Ativos Financeiros - Os ativos financeiros (incluindo recebíveis) não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados regularmente, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A redução ao valor recuperável dos recebíveis é calculada para os ramos de vida em grupo e individual, acidentários pessoais e prestamista baseada em estudo técnico individualizado das faturas, que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência. Com base neste estudo foi efetuada provisão de 71,84% das faturas vencidas há mais de 60 dias. (vide Nota 7.2) c.2) Ativos não Financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo. d) Instrumentos Financeiros Derivativos A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos reconhecidos ao valor justo de contratos futuros e de swaps mantidos nos fundos de investimento exclusivos, que têm como objetivo principal proteger os ativos da Companhia dos riscos de mercado. (vide Nota 6). 3.2 Outros Créditos Operacionais: Essa rubrica tem por finalidade registrar os pagamentos das obrigações realizadas e ainda não reportadas pelas instituições financeiras. Com isso, o registro transitório fica aguardando o devido retorno para ser baixado, juntamente com a obrigação registrada no passivo. 3.3 Custos de Aquisição Diferidos: Os Custos de Aquisição Diferidos referentes às operações de seguros compreendem o diferimento do agenciamento com base no prazo de vigência das apólices com limitação de 60 meses e o diferimento da comissão e do pró-labore com base no prazo de vigência de cada risco. Os Custos de Aquisição Diferidos das operações de previdência complementar compreendem o diferimento do comissionamento pelo prazo médio calculado anualmente com base na presença da carteira. (vide Notas 15 e 16). 3.4 Investimentos: As participações acionárias em coligadas e controladas estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, acrescidas, de acordo com as aquisições. Os resultados de equivalência patrimonial são apresentados nas demonstrações do resultado sob a rubrica "Resultado Patrimonial". Os outros investimentos permanentes estão contabilizados pelo método de custo, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. (vide Nota 10). 3.5 Imobilizado: O imobilizado está contabilizado ao custo e a depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, sendo: equipamentos, móveis, máquinas e utensílios - 10% a.a.; veículos e benfiteiros em imóveis de terceiros - 20% a.a. Adicionalmente, é demonstrado deduzido por perdas ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil líquido e são reconhecidos em "Ganhos e Perdas com Ativos Não Correntes", na demonstração do resultado. 3.6 Intangível: O Intangível está contabilizado ao custo e é constituído de gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares para uso interno, cujas amortizações são calculadas pelo método linear, considerando o prazo de vida útil de 5 anos, à taxa de 20% a.a. Composto também por contrato referente à aquisição de direito de exclusividade para comercialização de produtos nos canais de parcerias, cuja amortização considera o tempo de vida útil determinado em contrato. O intangível deve ser avaliado a cada data de divulgação sobre o valor do ativo e a recuperabilidade. (vide nota 11) 3.7 Provisões Técnicas - Seguros e Previdência Complementar: As provisões técnicas de seguros de pessoas e previdência complementar aberta são constituídas conforme a metodologia de cálculo descrita em nota técnica atuarial do plano aprovado ou elaborada especificamente para a provisão, conforme previsto na Resolução CISP nº 281, de 30/01/2013 e de acordo com as características dos respectivos planos. No passivo circulante e não circulante foram classificadas as provisões brutas de resseguro. As provisões

continuação

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ Nº 42.283.770/0001-39

Em 31 de Dezembro de 2014 o valor avaliado pela "curva" dos títulos disponíveis para venda monta a R\$ 493.295 (R\$ 332.826 em 31/12/2013). Dessa forma, os ganhos e perdas não realizados, registrados como Ajustes de Avaliação Patrimonial, montam a R\$ 17.052 de ganho (R\$ 740 de ganho em 31/12/2013). As cotas de fundos de investimento estão valorizadas conforme cotas publicamente divulgadas pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos. As carteiras dos fundos de investimento exclusivos são compostas como se segue, em função dos vencimentos a partir da data base:

Table showing investment portfolio details for 31/12/2014 and 31/12/2013, categorized by maturity (Amé 1 ano, De 1 a 5 anos, etc.) and type (Ações, Debênturas, etc.).

Os vencimentos das aplicações financeiras dos títulos e valores mobiliários, com exceção das cotas de fundos exclusivos e não exclusivos, estão distribuídos da seguinte forma:

Summary table of investment maturities for 31/12/2014 and 31/12/2013, showing Valor Contábil and Valor de Mercado.

5.2 Movimentação das Aplicações

Detailed table of application movements for 31/12/2014, including Saldo em 31/12/2012, Aplicação, and various adjustments.

No quadro anterior, as aplicações e resgates em títulos são referentes aos movimentos dentro dos fundos exclusivos que afetam as quantidades de títulos mantidos até o vencimento ou disponíveis para venda. O mesmo conceito vale para recebimento de juros + principal...

Table of financial derivatives including swaps, futures, and options, with columns for position, maturity, indexador, and exposure.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS: Em 31/12/2014, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, negociados na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) e swap contratado em mercado de balcão.

Detailed table of derivative instruments with columns for Future, Position, Maturity, Indexador, and Exposure.

Table 7: Prêmios a Receber. Summary of premium receipts for 31/12/2014 and 31/12/2013, including Prestamistas and Acidentes Pessoais.

Table 8: Prêmios a Receber. Detailed breakdown of premium receipts by category and amount for 31/12/2014 and 31/12/2013.

Table 9: Títulos e Créditos a Receber. Summary of titles and credits receivable for 31/12/2014 and 31/12/2013.

Table 10: Investimentos. Summary of investments, including quantities of shares, participation percentages, and financial results for 31/12/2014 and 31/12/2013.

continuação **ICATU SEGUROS S.A.** CNPJ Nº 42.283.770/0001-39

Table with financial data for 31/12/2014 and 31/12/2013. Includes rows for Fornecedores, Participação nos Lucros a Pagar, Pagamentos a realizar, and Outras contas a pagar. Total 31/12/2014: 81.764; 31/12/2013: 74.667.

(a) Na rubrica "Outros Intangíveis" foi registrado o valor pago em Dezembro de 2014, na compra do direito de comercialização em caráter de exclusividade, de produtos de Seguros de Pessoas e Previdência nos Canais Banco Bannisul S.A. O valor será amortizado de forma linear durante o período de vigência do contrato que é de 20 anos. **12. OBRIGAÇÕES A PAGAR:** Conforme circular SUSEP nº 483/2014, o passivo circulante tem como finalidade registrar obrigações com vencimento dentro de 12 meses seguintes à data do balanço. As Obrigações a Pagar são compostas da seguinte forma:

Table showing Provisões Técnicas - Seguros. Columns: Pessoas, Individual, p/ Sobrev., Total. Rows: Circulante (Prêmios não Ganhos, Prêmios não Ganhos - RVNE, Sinistros a Liquidar, Sinistros Ocorridos mas não Avisados, Benefícios a Conceder, Benefícios Concedidos, Excedente Financeiro, Provisão de Despesas, Resgatados e Outros Valores a Regularizar) and Não Circulante (Prêmios não Ganhos, Benefícios a Conceder, Benefícios Concedidos, Provisão de Despesas, Resgatados e Outros Valores a Regularizar).

Table showing Custos de Aquisição Diferidos - Seguros. Columns: Diferidos - Seguros, 31/12/2012, Constituições, Amortizações, 31/12/2013, Constituições, Amortizações, 31/12/2014. Rows: Circulante, Não Circulante.

Table showing Custos de Aquisição Diferidos - Seguros. Columns: Acidentes, Vida em Grupo, Prestamista Habitacional e Rural, Vida com Cobertura por Sobrevivência, Auxílio Funeral, Doenças Graves, Renda de Eventos Aleatórios, Prestamista Demais, Total. Rows: Circulante, Não Circulante.

Table showing Provisões Técnicas - Seguros. Columns: Saldos em 31/12/2012, Constituições, Amortizações, Atualização Monetária, Saldos em 31/12/2013. Rows: Circulante, Não Circulante.

Table showing Custos de Aquisição Diferidos - Seguros. Columns: Saldos em 31/12/2012, Constituições, Amortizações, Atualização Monetária, Saldos em 31/12/2013. Rows: Circulante, Não Circulante.

Table showing Provisões Técnicas - Seguros. Columns: Saldos em 31/12/2012, Constituições, Amortizações, Atualização Monetária, Saldos em 31/12/2013. Rows: Circulante, Não Circulante.

Table showing Custos de Aquisição Diferidos - Seguros. Columns: Saldos em 31/12/2012, Constituições, Amortizações, Atualização Monetária, Saldos em 31/12/2013. Rows: Circulante, Não Circulante.

Table showing Provisões Técnicas - Seguros. Columns: Saldos em 31/12/2012, Constituições, Amortizações, Atualização Monetária, Saldos em 31/12/2013. Rows: Circulante, Não Circulante.

Table showing Custos de Aquisição Diferidos - Seguros. Columns: Saldos em 31/12/2012, Constituições, Amortizações, Atualização Monetária, Saldos em 31/12/2013. Rows: Circulante, Não Circulante.

16.2. Teste de Sensibilidade - Previdência

Table with 2 columns: Fator de sensibilidade, Descrição do fator de sensibilidade aplicado. Rows: Taxa de Juros, Desistência, Longevidade, Conversão em Renda.

Os testes de sensibilidade, descritos acima, foram realizados e não houve impacto no resultado e no patrimônio líquido após impostos e contribuições. A Estrutura a Termo das Taxas de Juros - ETJ, calculada e disponibilizada pela SUSEP, é utilizada para descontar os fluxos de caixa apurados por meio do Teste de Adequação de Passivo - TAP (vide nota 3.8).

17. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Table showing Provisões Técnicas - Seguros e Previdência. Columns: 31/12/2014, 31/12/2013. Rows: Excluído, Total a ser Coberto, Ativos Vinculados à Cobertura de Reservas, Total de Aplicações.

18. PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

18.1. Provisões Judiciais: A Companhia é parte em processos judiciais que se encontram em diversas instâncias, referentes a causas cíveis originadas, principalmente, por questionamentos quanto aos valores e às recusas técnicas de indenizações de sinistros e benefícios de seguros, a causas trabalhistas e a causas tributárias para questionamento de tributos. As provisões judiciais relacionadas à operação estão classificadas no passivo circulante e as não relacionadas no não circulante, conforme demonstrado a seguir:

Table showing Provisões Judiciais. Columns: Causas Cíveis - Relacionadas a Sinistros/Benefícios, Probabilidade de Perda, Valor, Quantidade, Estimado, Provisão, Valor, Quantidade, Estimado, Provisão. Rows: Circulante, Não Circulante.

Causas Fiscais

Table showing Causas Fiscais. Columns: 31/12/2014, 31/12/2013. Rows: Cíveis, Trabalhistas, Fiscais.

* O valor provisionado das causas com probabilidade de perda provável se difere do valor estimado do risco, pois foram efetuados pagamentos parciais.

Table showing Cíveis, Trabalhistas, Fiscais. Columns: Saldo em 31 de dezembro de 2012, Saldo em 31 de dezembro de 2013, Saldo em 31 de dezembro de 2014.

(*) Movimentação oriunda da mudança de probabilidade de perda e/ou valor estimado e/ou atualização monetária. A Companhia apresenta atualizações judiciais relacionadas a causas com probabilidade de perda provável, classificadas no ativo não circulante conforme demonstramos abaixo:

Table showing Depósito Judicial. Columns: 31/12/2014, 31/12/2013. Rows: Cíveis, Trabalhistas, Fiscais.

18.2. Obrigações Fiscais: As obrigações fiscais são registradas no passivo não circulante na rubrica "Outras Contas a Pagar" e são compostas como se segue:

Table showing Obrigações Fiscais. Columns: Saldo em 31/12/2014, Saldo em 31/12/2013. Rows: Contribuição social, COFINS, PIS, Outras contas a pagar.

14. DEPÓSITOS DE TERCEIROS: Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios e contribuições pagas pelos segurados e participantes, cujas apólices e certificados ainda não foram emitidos, e a depósitos bancários referentes a recebimentos de prêmios e contribuições que ainda não foram identificados, classificados no passivo circulante. A idade dos depósitos de terceiros está distribuída da seguinte forma:

Table showing Depósitos de Terceiros. Columns: 31/12/2014, 31/12/2013. Rows: 1 até 30 dias, 31 até 60 dias, 61 até 120 dias, 121 até 180 dias, 181 até 365 dias, mais de 365 dias.

15. PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - SEGUROS: As Provisões Técnicas estão classificadas no passivo circulante quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de 12 meses seguintes à data do balanço e são compostas da seguinte forma:

Table showing Provisões Técnicas e Custos de Aquisição Diferidos - Seguros. Columns: Bruto de Resseguro, Líquido de Resseguro, Bruto de Resseguro, Líquido de Resseguro. Rows: Circulante, Não Circulante.

Abaixo, apresentamos o resultado do teste de sensibilidade quando da atualização dos parâmetros estimados.

Table showing Variável Premissas. Columns: Variável, Premissas, 31/12/2012, 31/12/2013, 31/12/2014. Rows: Sinistralidade, Taxa de Desistência, Taxa de Desistência, O desenvolvimento de sinistros a liquidar.

Informamos que os valores constantes no quadro de desenvolvimento consideram, além de eventuais reavaliações de estimativa e recusas, a atualização monetária acumulada dos sinistros. Ressaltamos, ainda, que a Companhia complementa a PSL, por meio de ajuste de IBNER, de forma que os valores constituídos representem a melhor estimativa dos valores de sinistro a serem pagos, conforme determina a Circular SUSEP 462/2013. Apresentamos abaixo, um quadro com a discriminação das provisões judiciais de sinistros:

Table showing Saldo do Início do Período. Columns: 31/12/2014, 31/12/2013. Rows: Total Pago no Período, Novas constituições no período, Baixa da provisão por êxito, Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades, Alteração da provisão por Atualização Monetária e Juros.

16. PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - Previdência Complementar, IS.T. Provisões Técnicas de Previdência: As provisões técnicas de previdência complementar são classificadas no passivo circulante quando são esperadas exigibilidades dentro de 12 meses seguintes à data do balanço, ficando as que ultrapassam 12 meses classificadas no passivo não circulante, apresentando as seguintes movimentações:

Table showing Provisões Técnicas - Previdência. Columns: Saldos em 31/12/2012, Constituições, Amortizações, Atualização Monetária, Saldos em 31/12/2013. Rows: Circulante, Não Circulante.

As movimentações dos custos de aquisição diferidos estão demonstradas a seguir:

Table showing Custos de Aquisição Diferidos - Previdência. Columns: Saldos em 31/12/2012, Constituições, Amortizações, Saldos em 31/12/2013. Rows: Circulante, Não Circulante.

Causas Fiscais

financeiras. MS nº9800222316 - discute o não pagamento do PIS sobre as receitas brutas operacionais de julho de 1997 em diante (emenda constitucional nº 17/97). Perda Provável. DJ: valor atualizado de R\$5.875 (R\$5.643 em 2013). A decisão desfavorável transitou em julgado em 18/12/2012. Ao final do processo de execução será feita a conversão do valor do DJ em renda em favor da União Federal. Mantemos a obrigação fiscal de R\$ 4.773 (R\$ 4.542 em 2013), registrada em "Outras contas a pagar", na rubrica "PIS Exigibilidade Suspensa" no passivo não circulante. MS nº200551010109154 - questiona a incidência da CPMF sobre o valor da transferência da quota FIE/FIFE que integra a transferência da carteira da Canadá Life. Perda Possível. DJ: valor atualizado de R\$585 (R\$668 em 2013) - 2ª instância para julgar recurso da Companhia. Ações declaratórias nºs 9500389720, 9500452811, 9500525593 e 9600103615 - questionam a exigência do PIS, incidentes sobre as receitas operacionais brutas de vários períodos nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 (ADCT - CF/88), introduzido pelo artigo 1º da Emenda Constitucional de Reforma nº 1/94 (ECR). Perda Provável. DJ: Valor atualizado de R\$8.262 (R\$ 7.706 em 2013). No STF. Mantemos a obrigação fiscal de R\$ 6.499 (R\$ 6.041 em 2013), registrada em "Outras contas a pagar", na rubrica "PIS Exigibilidade Suspensa" no passivo não circulante. **18.3. Depósitos Judiciais:** Os depósitos judiciais estão classificados no ativo não circulante e são compostos como se segue:

Table showing Cíveis, Trabalhistas, Fiscais. Columns: 31/12/2014, 31/12/2013. Rows: Cíveis, Trabalhistas, Fiscais, Outros.

A composição dos depósitos judiciais relativos às Obrigações Fiscais que têm características de realização posterior a 12 meses seguintes à data do balanço, são registrados no ativo não circulante e são compostos como se segue:

Table showing Saldo em 31/12/2013, Adições, Saldo em 31/12/2014. Rows: Contribuição social, COFINS, PIS, CPMF, Outros.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. Capital Social: O capital social e integralizado é representado por 640.969 ações sem valor nominal, sendo 555.644 ações ordinárias e 85.325 ações preferenciais. As ações preferenciais não possuem direito de voto, mas têm direito a dividendo mínimo de 1% incidente sobre o capital social representado pelas ações preferenciais e possuem prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, com base na parcela do preço de emissão destinada à conta capital. **19.2. Reservas de Lucros:** A reserva legal é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício. Será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76. A reserva estatutária é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais e a constituição de reserva legal. A reserva de lucros tem como objetivo o reforço do patrimônio líquido da Companhia e sua constituição está sujeita a deliberação da Assembleia Geral. **19.3. Dividendos:** De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme legislação societária e estatuto social. Em 31 de Março de 2014, através de Assembleia Geral Ordinária, foram declarados dividendos no valor de R\$ 50.000 da conta de reserva estatutária pagos em julho de 2014, correspondendo a R\$ 78,01 por ação ON e PN. A Administração com base na prerrogativa indicada pelo Estatuto Social, propôs a retenção integral dos lucros dos exercícios. **19.4. Ajuste de Avaliação Patrimonial:** Na rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial", a Companhia considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos a títulos próprios e de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ Nº 42.283.770/0001-39

continuação

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E CAPITAL REQUERIDO. Tabela com colunas para 31/12/2014 e 31/12/2013, detalhando patrimônio líquido, capital base, e capital requerido.

Constata-se que o valor do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da Companhia é superior ao valor do Capital Mínimo Requerido (CMR), calculado de acordo com os critérios definidos pela legislação vigente.

21. PARTES RELACIONADAS. Tabela com colunas para 31/12/2014 e 31/12/2013, mostrando partes relacionadas como Icatu Capitalização S.A., Rio Grande Seguros e Previdência S.A., etc.

Tabela de demonstração do resultado com colunas para 31/12/2014 e 31/12/2013, incluindo sinistros ocorridos, custos de aquisição, despesas operacionais, e resultados ajustados.

[a] Aterramento da razão social da Companhia Brasileira de Seguros e Previdência S.A. para Rio Grande Seguros e Previdência S.A. As operações com partes relacionadas referem-se basicamente a:

22. PLANOS DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA. As contribuições ao Icatu FMP - Icatu Fundo Multipatrocinado, entidade de previdência complementar fechada, montam a R\$ 1.734 (R\$ 1.538 em 31/12/2013), relativas ao plano de aposentadoria de contribuição definida, parcialmente patrocinado pela Companhia.

23. PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO - SEGUROS. Os principais ramos de seguros estão assim compostos:

31/12/2014 Índice de Índice de 31/12/2013 Índice de. Tabela de índices de sinistros e comissões.

24. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

31/12/2014 31/12/2013. Tabela detalhada de demonstração do resultado com colunas para 31/12/2014 e 31/12/2013, incluindo sinistros ocorridos, custos de aquisição, despesas operacionais, e resultados ajustados.

Outras Despesas Financeiras 31/12/2014 31/12/2013. Tabela com colunas para 31/12/2014 e 31/12/2013, mostrando despesas financeiras.

25. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão conciliados com os valores contabilizados como despesas de imposto de renda e de contribuição social, como se segue:

31/12/2014 31/12/2013. Tabela de conciliação de impostos com colunas para IRPJ, CSLL, IRPJ e CSLL em 31/12/2014 e 31/12/2013.

26. EVENTO SUBSEQUENTE. O contrato de investimento firmado entre a Icatu Seguros e o Banco Branstul, para exclusividade na venda de produtos de seguros de pessoas e previdência, foi devidamente aprovado pelo BACEN.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Presidente: Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga. Conselheiros: Luciano Soares, Marcos Pessoa de Queiroz Falcão, Luis Antonio Nabuco de Almeida Braga. DIRETORIA: Diretor Presidente: Luciano Snai Corrêa. Diretores: Alexandre Patrone Vilardi, Mário José Gonzaga Petrelli, Cesar Luiz Salazar Saut. Contador: Carlos Alberto dos Santos Corrêa - CRC-RJ nº 52.009/D-5. Atuário: Luciana da Silva Bastos - MIBA nº 1064.

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Acolistas e aos Administradores da ICATU SEGUROS S.A. Examinamos as provídeas técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provídeas técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Icatu Seguros S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2014, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade da sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provídeas técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provídeas técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevantes inerentes ao trabalho realizado, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevantes inerentes ao trabalho realizado, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevantes inerentes ao trabalho realizado.

6. Demonstrativo dos limites de retenção por ramos. Tabela com colunas para 1390, 1380, 0980 e 0990, mostrando limites de retenção por ramo.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acolistas da Icatu Seguros S.A. - Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Icatu Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Anexo I Demonstrativos do Parecer Atuarial. Tabela com colunas para 1. Provisões Técnicas, mostrando total de provisões técnicas de seguros auditadas e de provídeas técnicas de previdência auditadas.

de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2015. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-RJ. Fernando Antonio Rodrigues Alfredo - Contador CRC 1SP252419/O-0.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO: O Comitê de Auditoria ("o Comitê") do Grupo Icatu Seguros, formado pela Icatu Seguros S.A. e suas controladas Icatu Capitalização S.A., Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (nova denominação da Companhia Brasileira de Seguros e Previdência) e Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, foi estabelecido de acordo com as regras emanadas da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP") e do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP"), especialmente a Resolução CNSP nº 312, de 16 de junho de 2014. O Comitê atua como suporte ao Conselho de Administração e, nessa função, tem como principais atribuições avaliar a efetividade do sistema de controles internos das empresas do Grupo, a observância das normas e regulamentos internos, a observância das exigências legais e regulamentares, a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras e a atuação independente e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna. ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as principais atividades do Comitê foram: a) Reuniões com executivos e profissionais das áreas de operações, controladoria, contabilidade, ouvidoria, controles internos, compliance, jurídico contencioso e auditoria interna. O Comitê realizou ainda reuniões conjuntas com a Presidência e com o Conselho de Administração, e com os auditores independentes. b) Aprovação do planejamento anual e acompanhamento dos trabalhos e dos relatórios da auditoria interna. O Comitê acompanhou também a implantação dos planos de ação propostos pela Administração das empresas para

eliminação das deficiências de controles internos identificadas pela auditoria interna e pelos auditores independentes. c) Aprovação da contratação dos auditores independentes, avaliação do planejamento de auditoria relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e avaliação do desempenho e da independência desses auditores independentes. O Comitê analisou os relatórios emitidos pelos auditores independentes sobre questões relacionadas a controles internos, sobre o cumprimento de dispositivos legais e registro e divulgação de informações contábeis. d) Acompanhamento das atividades executadas pela Administração das empresas relacionadas à avaliação e gerenciamento de riscos, à gestão do sistema de controles internos, ao cumprimento de normas externas e internas e do Código de Ética da Companhia. e) Discussão com a Administração das empresas e com os auditores independentes sobre o tratamento das questões contábeis, de controles internos e compliance mais relevantes e sobre a apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê recebeu também os Relatórios dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras individuais das empresas do Grupo Icatu Seguros, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Icatu Seguros S.A. e suas controladas, elaboradas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB, na forma homologada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e referendados pela SUSEP. No uso de suas atribuições e observando o disposto na Resolução CNSP nº 312/2014 e no seu Regimento Interno, o Comitê expressa o seguinte resultado de seu trabalho: O

de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2015. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-RJ. Fernando Antonio Rodrigues Alfredo - Contador CRC 1SP252419/O-0.